

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.109 - SP (2015/0279475-2)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**  
**RECORRIDO : USINA MARINGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**  
**ADVOGADO : CRISTIAN ROBERT MARGIOTTI - SP159616**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSO CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. ART. 28, §1º, DO DECRETO-LEI Nº 3.365/41. REALIZAÇÃO DE OBRAS. CONTROVÉRSIA. APLICAÇÃO DO ART. 475, I, DO CPC APENAS QUANTO À CONDENAÇÃO DE FAZER.

1 - Preliminares rejeitadas. A questão relacionada ao cabimento do reexame necessário, embora objeto da sentença, foi reafirmada por decisão posterior que determinou o prosseguimento da execução. O recurso é tempestivo.

2 - Aplicável ao caso concreto o disposto no art. 28, §1º, do Decreto-Lei nº 3.365/41 com a redação da Lei nº 6.071/74, quanto ao valor da indenização fixado judicialmente, não sendo o caso de reexame necessário.

3 - As obras viárias que deverão ser realizadas pelo DNIT e que, logicamente, implicam custos, não se confundem com a indenização ao proprietário que teve o bem expropriado. No entanto, quanto a este capítulo da sentença aplica-se a norma do art. 475, I, do Código de Processo Civil, eis que de acordo com documentos constantes dos autos, nem todas as obras cuja realização foi determinada na sentença proferida na ação de origem, decorreriam de mera ratificação de determinação anterior proferida em outra ação (nº 0001129-76.2009.403.6120).

4 - Com isso, o capítulo da sentença que trata das obrigações de fazer sujeita-se ao reexame, etapa necessária para a plena eficácia da condenação.

5 - Preliminares rejeitadas e, no mérito, agravo parcialmente provido apenas para submeter a sentença ao reexame necessário quanto ao capítulo relacionado às obras objeto de condenação na ação de

# *Superior Tribunal de Justiça*

origem" (fl. 109e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração pela parte ora recorrida (fls. 113/116e), os quais restaram rejeitados pelo acórdão de fls. 130/136e.

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 28, §1º, do Decreto-Lei 3.365/41 e 475, I e §2º, do CPC/73, sustentando que: a) "apesar de o valor da indenização fixada judicialmente não corresponder ao dobro da indenização ofertada inicialmente pela Autarquia, deveria também ser considerado, para fins de admissão do reexame necessário, o custo das obras a que foi condenada realizar" (fl. 126e); b) "como a consideração da norma especial (art. 28, §1º, do Decreto-Lei nº 3.365/41, com redação dada pela Lei nº 6.071/74) se limitou ao valor, não havendo critério distintivo outro, prevalece a norma posterior, qual seja o §2º do art. 475 do CPC (incluído pela Lei nº 10.352/2001), que prevê condenação mínima da Fazenda Pública a 60 (sessenta) salários mínimos para que a sentença esteja sujeita ao duplo grau de jurisdição" (fl. 127e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 144/145e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela parte ora recorrente, "em face de decisão proferida pela 1ª Vara Federal de Araraquara que, em ação de desapropriação, indeferiu o pedido de encaminhamento dos autos para o reexame necessário" (fl. 105e).

O Tribunal local deu parcial provimento ao Agravo de Instrumento, "para submeter a sentença ao reexame necessário quanto ao capítulo relacionado às obras objeto de condenação na ação de origem" (fl. 108e).

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, cabe destacar que o Tribunal de origem não se manifestou acerca da alegação de que, como o art. 28, §1º, do Decreto-Lei nº 3.365/41 se limitou ao valor, não havendo critério distintivo, deve prevalecer a norma posterior, ou seja, o art. 475, §2º, do CPC/73. Ressalte-se que a parte recorrente sequer opôs os Embargos Declaratórios cabíveis, para que o Tribunal de origem se pronunciasse sobre o teor da respectiva tese. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o recurso especial, incidindo o teor da Súmula 282 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Por outro lado, acerca da controvérsia, constou do acórdão recorrido:

"As obras viárias que deverão ser realizadas pelo DNIT e que,

logicamente, implicam custos, não se confundem com a indenização ao proprietário que teve o bem expropriado. **São despesas distintas, valendo ressaltar que as obras poderão inclusive beneficiar terceiros, além do expropriado.**

A indenização visa à recomposição do patrimônio daquele que teve o bem expropriado que, com o valor recebido, poderá inclusive adquirir um novo bem. O mesmo não se dá em relação às obras viárias, pois **a sua construção não implica nenhum pagamento ao agravado.**

**São custos de natureza distinta.** Além disso, segundo a decisão agravada, **a determinação na sentença da desapropriação, para que o expropriante realize tais obras, tratou-se de mera ratificação do provimento judicial proferido em outra ação (de nº 0001129-76.2009.403.6120).**

Ou seja, **a indenização e as obras a serem realizadas, inclusive por força de decisão judicial proferida em outra ação, não podem ser somadas** para os fins do art. 28, §1º, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Cumprе ressaltar que o reexame necessário, enquanto condição de eficácia da sentença, apenas será admitido nas hipóteses legais, não se tratando de recurso, que poderá ser interposto pela parte interessada desde que observados os prazos e demais requisitos legais" (fl. 107e)

Desse modo, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal **a quo**, no sentido de que a indenização e as obras a serem realizadas não podem ser somadas, tendo em vista que são custos de natureza distinta, exigiria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

